

SEXUALIDADE, GÊNERO E SAÚDE REPRODUTIVA – ELEMENTOS PARA UMA NOVA PROPOSTA EM ORIENTAÇÃO SEXUAL

CATHARINO, Tania Ribeiro - UERJ

GE: Gênero, Sexualidade e Educação / n.23

Agência Financiadora: Não contou com financiamento.

Este trabalho tem por objetivo apresentar e analisar uma proposta de ação socioeducativa que contemple o tema transversal “Orientação Sexual”, tal como disposto na LDB - Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (1996). Tomamos por referência o ensino médio, dado o nosso interesse no ciclo da vida que inclui a adolescência e a juventude. Para emprendermos esta tarefa utilizamos como referência uma pesquisa (Catharino,2002) – que passaremos a chamar pesquisa I – na qual se buscou analisar a ocorrência da gravidez na adolescência, através do estudo de práticas e discursos oficiais (aqueles que emanam de agências governamentais e que instituem as normas, diretrizes e políticas que tomam por objeto a chamada gravidez precoce) para confrontá-los com as trajetórias concretas de vida das adolescentes que são alvo das referidas práticas e discursos. A partir da apresentação de alguns resultados desta pesquisa, buscaremos propor ações socioeducativas alternativas às propostas tradicionais de “orientação sexual” (que em geral se inserem numa perspectiva preventiva e utilizam estratégias meramente informativas). Para isso iremos nos basear em uma pesquisa em andamento – pesquisa II – apresentando alguns aspectos de sua proposta metodológica (esta é uma pesquisa-intervenção) assim algumas técnicas que têm se revelado muito adequadas aos nossos propósitos. São vários os discursos e práticas que se propõe a compreender e lidar com esta realidade e a realização deste trabalho se constitui numa tentativa de avançar em relação às críticas formuladas na primeira pesquisa, no que diz respeito aos programas educativos que tomam por objeto a gravidez na adolescência.

A “Orientação Sexual” no contexto da LDB

O aumento de casos de gravidez entre adolescentes, revelados através de indicadores epidemiológicos, tem atraído a atenção de autoridades tanto da área da saúde como da educação, assim como da mídia. Porém, tal fato, como outros igualmente geradores de preocupação em relação à adolescência e juventude, não têm sido suficientes para ensejar a elaboração de políticas sociais ou mesmo de projetos que contemplem este estrato

populacional. Constatase, portanto, uma lacuna entre o discurso sobre as questões relativas à sexualidade na adolescência e as ações efetivas para ela voltadas. Tanto no campo da saúde, como no da educação, estas acabam por se limitar a controlar e prescrever comportamentos tido como saudáveis, sendo que o seu oposto é, por princípio, criticado e condenado a ser visto como desviante, transgressor e marginal.

É neste quadro que as práticas educacionais voltadas para a gravidez na adolescência vão se inserir. Evidenciamos o fato de que não há qualquer disposição na LDB que disponha sobre as diretrizes a serem adotadas pela “orientação sexual”, dando margem para que esta seja tratada de forma abstrata e despolitizada. Está claro que os PCN – parâmetros curriculares nacionais – abrem espaços para os Temas Transversais que incluem a Orientação Sexual (no que diz respeito a esta denominação, consideramos que deveria ser substituída por educação sexual, por possuir caráter mais amplo e menos diretivo). Observamos que, na sessão dedicada ao ensino médio (da LDB) é enfatizado no artigo 35 “o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico”. Uma vez que defendemos a posição segundo a qual a história, a política, a economia e a cultura produzem a forma como cada um vive sua sexualidade (Scott,1990; Louro,1997; Nunes,2000; Giffin,1999) concluímos que o comportamento sexual é parte inerente à ética, à autonomia e ao posicionamento crítico de cada um. Portanto, ao focar questões relacionadas à pluralidade cultural, ao meio ambiente, à saúde, ao trabalho e ao consumo, os temas transversais abrem espaços que podem ser apropriados no sentido de estimular uma reflexão e uma prática que envolva as múltiplas dimensões da sexualidade.

Creemos que a “Orientação Sexual” pode ser extremamente beneficiada, ao se valer das chamadas “Ações Socioeducacionais”, que vêm a ser dispositivos que têm por meta potencializar a experiência educacional sem se afastar dos objetivos gerais do ensino formal. Tais ações, longe de se proporem a substituir os Temas Transversais, têm por objetivo implementá-los, auxiliando no desenvolvimento integral do educando, por meio de sua participação em atividades significativas: comunitárias, culturais, esportivas e outras. Com base na pesquisa I pudemos constatar que os conhecimentos que as adolescentes revelaram ter em relação à sexualidade e à saúde reprodutiva são adquiridos, em grande parte, na escola. Já na pesquisa II observamos que este conhecimento se refere tão somente

aos conteúdos das aulas de biologia sobre reprodução humana e a conversas informais com professores que, por iniciativa própria, abordam o tema da sexualidade a partir de seus próprios valores, sem que os mesmos sejam alvo de qualquer tipo de questionamento e reflexão coletiva. Que fique claro: não estamos colocando em discussão a necessidade ou não da “Orientação Sexual” no espaço escolar. Partimos da idéia de que estes aspectos da vida – a sexualidade e a saúde reprodutiva – como tantos outros, já estão presentes na escola de maneira informal, o que nos leva a querer investigar a adequação e os efeitos que são provocados, quando passam a se constituir em alvo das ações pedagógicas.

Gravidez na adolescência e as oportunidades sociais “perdidas” - causa ou efeito?

Iremos apresentar uma breve síntese da pesquisa I, destacando alguns pressupostos que serão úteis na elaboração de nossa proposta de “Orientação Sexual” :

A referida pesquisa realizou uma análise da ocorrência da gravidez em adolescentes entre 10 e 14 anos, no período de 1990 a 2001, usuárias do SUS, no município do Rio de Janeiro e que teve como objetivo geral compreender a relação entre as expectativas históricas e sociais sobre a maternidade e a adolescência (expressas através dos discursos e práticas médico- psicológicas e educacionais para este estrato populacional) e as trajetórias efetivas de meninas grávidas.

Para tal, utilizou-se uma metodologia qualitativa, onde priorizou-se o emprego da técnica de história oral. Tal técnica permitiu que meninas fossem ouvidas e ao ouvi-las foi possível destacar o que era comum àquele grupo e o que era singular e dizia respeito a cada uma, não sendo passível de reduções e generalizações. Foi priorizada a compreensão das ações das meninas, que passaram a ser consideradas como ações coletivas (Becker,1988), uma vez que sua ocorrência se dá por contigüidade de espaço e tempo, além de se configurarem como um processo no qual os atores envolvidos produzem significados, comunicações, negociações e tomam decisões, apesar de ocorrer num nível anônimo e informal. Dessa forma, as mensagens contidas em cada história passou a ser o material a partir do qual foi se construindo o referido trabalho, em especial, a compreensão da mensagem que estava sendo emitida através da gravidez na adolescência. Para tal, foram enumeradas três questões a serem problematizadas:

A primeira dizia respeito ao fato de que a maior parte dos estudos sobre gravidez na adolescência querem desvendar os seus determinantes causais, ou seja, querem responder a

questão “por que as meninas estão engravidando cada vez mais cedo?” Esta foi considerada uma questão equivocada, pois sua formulação nos leva, no máximo, a uma enumeração dos “fatores de risco” que envolvem esta realidade, sem conseguir ultrapassar uma perspectiva preventivista, que se limita a identificar causas para intervir no intuito de evitar eventos indesejáveis. Note-se que não é tecido qualquer questionamento a respeito destes últimos: porque são indesejáveis, se sempre foram indesejáveis, em que medida a sociedade os produz ... estas são questões que não se colocam. Por isso mesmo, muitas vezes a pergunta: “por que o jovens não respondem às ações preventivas?” acabam sem resposta. No intento de analisar este quadro, encontramos em Melucci (1997; 2001) valiosas pistas. Para este autor, a sociedade é um palco de conflitos e tensões que se desenvolvem naquelas áreas do sistema mais expostas aos maiores investimentos simbólicos e informacionais e ao mesmo tempo mais sujeitas às maiores pressões por conformidade – como é o caso da adolescência e juventude. Colocada desta forma a questão, não seria mais oportuno nos indagarmos acerca do que estas meninas estão nos dizendo – através dessa gravidez – a respeito das contradições, injustiças e iniquidades da sociedade em que vivemos? Não seriam suas ações formas de denúncias em relação às suas oportunidades sociais atuais e futuras? Talvez, se ouvíssemos estas denúncias – coletivas – não estaríamos dando um passo no sentido de rompermos com um discurso e uma prática que individualiza e patologiza a gravidez na adolescência? É claro que um tal tipo de postura nos levaria a repensar e conseqüentemente reformular nossas ações educativas e creio que isto seja bem desejável, considerando o número crescente de casos de gravidez na faixa etária estudada.

A segunda questão a ser problematizada diz respeito à idéia de gravidez enquanto positividade. É importante esclarecer que o termo positividade não é tratado aqui com qualquer conotação valorativa. Referimo-nos à positividade como algo em si mesmo e não como algo que esconderia uma outra realidade a ser revelada. Neste sentido não podemos nos esquecer das expectativas sociais que dizem às meninas: sejam mães; e dos discursos preventivistas que as advertem: aguardem! Importante perceber que neste “embate” as meninas não assumem uma postura passiva, pois não aceitam o seu destino como algo inexorável - elas o criam! Não consomem passivamente (Certeau, 1994), nem as prescrições, nem as proscricções, mas utilizam todas as possibilidades que conferem ao homem comum a possibilidade de traçar uma trajetória e inventar o cotidiano. Com estas

considerações não pretendemos fazer a apologia da gravidez na adolescência. Porém, a literatura aponta cada vez mais para o fato de que a gravidez na adolescência não é um mero “acidente de percurso”, mas algo desejado (Bruno e Bailey, 1998). Parece-nos que compreender as motivações que levam as meninas a engravidarem deve ser o primeiro passo – e o mais democrático – a ser dado, quando pensamos em estratégias de educação sexual.

A terceira questão diz respeito à idéia reprodutivista que faz da “falta” o seu motor: nesta perspectiva a gravidez é vista como o substituto de oportunidades falidas. Como exemplo, temos na literatura alguns autores que defendem a idéia de compensação da falta de cidadania (Paiva, 1996). Cremos que a gravidez não seja elemento de compensação da falta de cidadania, mas elemento integrante de sua constituição, na medida em que para muitas meninas esta seja uma forma de representar o acesso a um outro status dentro de seu grupo: mais valorizado e que pode lhe conferir – mesmo que ilusoriamente – uma vida melhor, na medida em que poderá obter uma série de “ganhos secundários”.

Aliás podemos listar na bibliografia consultada uma série de “motivos” – além dos expostos acima – que levariam as meninas a engravidarem: falta de oportunidades educacionais, de trabalho, famílias desestruturadas, falta de orientação sexual, falta de planejamento familiar, teste da sua capacidade reprodutiva, aceitação do papel instituído reservado para as mulheres, a aquisição de vantagens e cuidados antes inexistente são apenas alguns exemplos. No entanto, o que unifica estas explicações, a nosso ver, é o fato de que elas, em seu conjunto são tratadas como uma realidade individual e patológica, alvo de ações educativas que via de regra se inserem nesta lógica.

De maneira geral, podemos dividir a bibliografia consultada em quatro eixos: no 1º estão estudos que vêem a gravidez na adolescência como a causadora de desvantagens sociais, como a saída da escola, por exemplo, o que gera um pensamento que culpabiliza a adolescente (vários mitos podem ser incluídos aqui, como o mito da mortalidade materna, ou o mito de que as mães adolescentes abandonam seus filhos, ou o mito de que a gravidez na adolescência não é desejada, ou o mito de que seu advendo se dá em grande parte como resultado de violência sexual); no 2º eixo estão os estudos que vitimizam a adolescente, que a tomam como o resultado de condições adversas. Tal tipo de estudos vêem no acolhimento humanista a solução para o problema. Num 3º eixo estão os estudos

meramente descritivos, que se limitam a traçar um perfil da menina que engravida. Por fim, num 4º eixo estão os estudos que procuram fazer a conexão entre a emergência da gravidez e o contexto macro- estrutural. Isto não quer dizer que tal abordagem exclua as singularidades de cada caso. Pelo contrário, ao romper com uma ciência dualista, combina o que é objetivo com o subjetivo, o universal com o particular e o micro- social com a macro- estrutura.

Dentro desta perspectiva é que foi desenvolvida a pesquisa aqui referida. Algumas falas foram selecionadas e analisadas a partir das mensagens que eram emitidas. Neste sentido, pode-se verificar que a perspectiva de uma vida e de um futuro melhor são postergados através da maternidade. Ao jogar com o tempo, a menina que engravida posterga o seu futuro e numa manobra típica das sociedades modernas passa a projetar as expectativas e sonhos que são seus, na vida de seu filho. Também pudemos constatar que a assunção da gravidez, por vezes é funcional – não apenas enquanto uma estratégia de sobrevivência pessoal – mas como forma de preservar o próprio grupo social, representando nestes casos, fator de coesão social. Por fim, ao “escapar” de um destino previsível, a adolescente encontra na gravidez a chance de inventar um futuro, mesmo que através da transgressão, mesmo que esta nova trajetória possa trazer muitas dificuldades e dor. Parece que a chance de inventar uma nova vida, ao invés de aderir passivamente àquilo que foi prescrito e a chance de ganhar de uma certa visibilidade social, atraem a menina para a gravidez. Neste contexto, não podemos nos esquecer de que estamos falando de adolescentes e de mulheres. Isto porque, a sociedade – numa de suas várias contradições – criou tanto para umas, como para outras, determinados papéis e agora se queixa do resultado que, a nosso ver, ajudou a criar. Para o adolescente criou a imagem do transgressor e para a mulher associou intrinsecamente sexualidade e maternidade. Nesta leitura, a gravidez na adolescência seria a consequência quase natural das expectativas sociais que foram criadas para estes dois grupos. Para melhor compreendermos estas afirmações apresentaremos algumas considerações sobre a emergência histórica das categorias “gênero” e “sexualidade”, uma vez que sua explicitação se torna indispensável em qualquer projeto de “Orientação Sexual”.

Gênero, Sexualidade, Maternidade e Educação: um pouco de história

Falar em “Orientação Sexual” implica necessariamente no conhecimento dos movimentos sociais que deram origem aos conceitos de gênero e sexualidade. A história do conceito de gênero remonta à própria história do movimento feminista contemporâneo, que passa a se constituir como um movimento organizado no século XIX, ganhando, no entanto, maior expressão, quando no início do século XX, ele se concentra em torno do *sufragismo*, ou seja, da luta pela conquista pelo direito de voto às mulheres. Esta é considerada uma *primeira onda* do movimento feminista, que depois se retrai, para, então voltar à cena na década de 60, caracterizando o que foi chamado de *segunda onda* (Louro, 1997). Nesta década, em meio a tantas transformações políticas e culturais que tiveram por pressuposto um questionamento das instituições sociais, ressurgiu o movimento feminista. Embalado pela contracultura, pela crítica aos costumes, à família, às formas de governo e às instituições econômicas, haveria neste momento um elemento a mais, que viria a dar uma novo colorido à luta pela liberação da mulher: a pílula anticoncepcional. Não era novidade a relação entre o considerado destino biológico da mulher – ser mãe – e todas as justificativas para as formas de opressão sobre ela exercidas. Portanto, o advento de um dispositivo que poderia introduzir no campo do inevitável, a opção – ser ou não ser mãe? – foi recebido como a pedra-de-toque, que viabilizaria uma oposição a todas as práticas repressivas, que tinham por alvo o sexo feminino. Mesmo que esta relação se resumisse em termos puramente biológicos (vendo nos atributos físicos a razão última de uma inferioridade intrínseca ao sexo – idéia que, apesar de contestada, principalmente com o advento de conceito de gênero, persiste ainda hoje) ; mesmo que os estudos de Foucault (1977) sobre a sexualidade viessem a nos mostrar, quase cerca de uma década depois, que o sexo-repressão é apenas a ponta de um iceberg (pois que ele nos remete, ao contrário, a uma incitação ligada a uma rede de poder-saber-sexualidade que produz e faz proliferar cada vez mais práticas e discursos); ainda assim, a equação “libertação – sexualidade – procriação” será tomada enquanto centralidade, a partir da qual deveriam se concentrar os outros dispositivos. Ainda demorou um pouco até chegar o momento no qual esta proposição viesse a ser questionada.

Surge, então, o conceito de gênero, em meio ao movimento social feminista, que através da ocupação do espaço acadêmico, se volta cada vez mais para a construção e problematização de categorias teóricas, construídas para funcionarem como instrumentos capazes de auxiliar

na compreensão e transformação da realidade vivida. Os *estudos da mulher* já haviam representado um fator de modificação – a nosso ver positivo – nos modos de se fazer ciência, pois trouxeram para dentro da academia a paixão política, que atravessando o fazer intelectual acabou por abalar a tradicional posição positivista, preconizadora da neutralidade.

Muitos foram os avanços que adviram destes primeiros estudos da mulher. Dentre suas conquistas podemos enumerar o fato de ter dado voz àquelas que haviam sido historicamente silenciadas, além de ter introduzido a marca política no interior da academia. Assim, foram questionados pressupostos metodológicos que preconizassem a neutralidade, que defendessem *questões desinteressadas* e que incompatibilizassem o fazer científico e as possibilidades de mudança.

Mais do que uma ferramenta analítica, gênero passa a se constituir enquanto uma ferramenta política, na medida em que o que é enfatizado é exatamente a construção histórica e social que se erige a partir das diferenças biológicas. Tal fato tem uma forte implicação metodológica. No momento em que se admite a importância das relações sociais, como terreno a partir do qual se constroem os gêneros, tal conceito adquire um aspecto eminentemente relacional. Afirmações essencialistas sobre o homem ou sobre a mulher, cedem lugar ao estudo dos *processos* através dos quais os gêneros se produzem. Por outro lado, as abordagens do gênero vão passar a admitir a pluralidade e a multiplicidade deste conceito, que irá diferir não apenas em sociedades e momentos históricos diversos, mas também dentro de uma mesma sociedade, atravessada que esta é, por diferentes classes sociais, grupos étnicos/raciais, diferentes religiosidades, etc.

É no final da década de 80, que no Brasil, passaremos a utilizar o termo gênero. No entanto, até hoje, parece não haver consenso entre os estudiosos do assunto quanto ao seu emprego. De maneira geral, podemos dizer que o gênero não se reduz ao desempenho de papéis aprendidos. Diz respeito ao aspecto relacional, constitutivo das “masculinidades” ou “feminilidades”, que se forjam num face-a-face que têm lugar num contexto que é político, de jogos de poder, expressando-se através de discursos e práticas sociais.

Como nos mostra Scott (1980), há que se ultrapassar compreensões generalizadas de relações pretensamente naturais sobre o masculino e o feminino, para que possamos pensar o gênero como um dispositivo privilegiado, uma primeira maneira de significar as relações

de poder. Significações de gênero e poder se constroem reciprocamente e são processos políticos. Processos estes que se fazem indispensáveis para que se possa pensar e propor qualquer ação educativa que tenha por alvo a sexualidade.

Que “Orientação Sexual” queremos?

Em primeiro lugar, gostaríamos de reiterar o fato de que, independentemente de qualquer formalização, a sexualidade se faz presente no espaço escolar, se expressando de múltiplas maneiras. Em segundo lugar, queremos esboçar uma crítica em relação a esta denominação: “Orientação Sexual”. Consideramos que ela já é em si reveladora, pois parece apontar para um modelo desejado. No entanto, cremos que o desejo que verdadeiramente importa é o da adolescente, porém, este quase nunca é tomado em conta. Um bom exemplo é a ocorrência da gravidez na adolescência. Esta é quase sempre vista como um “acidente de percurso” ou como o resultado de um “pensamento mágico”. Nunca é visto como ato desejante, pleno de significados e que pode revelar denúncias e insatisfações com relação às perspectivas de vida futura. Na ausência de um projeto de vida, na ausência de oportunidades educacionais e de trabalho emerge a gravidez, que ao mesmo tempo que denuncia o instituído e aponta para a renovação, para o futuro e para a esperança. Trazer este desejo para o centro da cena implica em modificar toda uma expectativa que se construiu em torno da “Orientação Sexual”. Parece-nos que há um temor em se assumir que este desejo existe. Talvez tema-se que o fato de que se o tornarmos visível iremos estimular mais meninas a engravidarem. Pois o que propomos é justamente o contrário: queremos que as meninas possam falar sobre este seu desejo, assim como outros. Ao admiti-los poderão colocá-los à prova, poderão compreender o que eles estão representando em termos micro e macro-sociais. Poderão conhecer e refletir sobre os ônus e os bônus que deles advém. Somente assim estarão aptas a fazer suas escolhas e aprenderão algo muito maior: que são cidadãs que têm direitos, inclusive direitos reprodutivos, que devem ser garantidos pelo Estado.

“Orientação Sexual” e Ações Socioeducativas – as contribuições de uma pesquisa

Iremos agora tecer algumas considerações sobre o tipo de ação socioeducativa que nós, profissionais da educação, poderíamos ter neste contexto. Tornamos a esclarecer que as idéias aqui expostas derivam de uma pesquisa em curso, tal como informamos na introdução deste trabalho.

Em primeiro lugar, já está mais que provado que a informação em si não leva a uma modificação de hábitos, de mentalidades, de comportamentos, e o que é mais importante: de desejos. Cremos que nossa função não seja a de “sedadores” de conflitos. Se assumimos que temos que ir além de uma abordagem explicativo- causal, nossa função será a de explicitar os ditos conflitos e discuti-los juntamente com os adolescentes, para lhes dar a oportunidade de produzirem um conhecimento e uma consciência a respeito de si e da sociedade para assim encontrarem formas mais efetivas de transformar o mundo e suas próprias vidas. Portanto, pensar uma nova estratégia educativa, que seja alternativa àquelas já instituídas e portanto, imbuídas de práticas de controle parece ser uma tarefa mais que necessária: ela é urgente e imperiosa. Neste sentido, passaremos a apresentar um dispositivo pedagógico – as oficinas de educação e saúde, assim como sua efetivação em nosso trabalho. Ao realizarmos a pesquisa II – uma pesquisa-intervenção – utilizamos a referida técnica, que vem se revelando extremamente adequada aos nossos propósitos: tem se constituído em um espaço de troca e produção do conhecimento acerca da sexualidade e da saúde reprodutiva, assim como da dimensão social que as produz, além de representar um importante aspecto a ser considerado na produção da subjetividade de cada um.

Esta pesquisa vem sendo realizada em uma escola da rede pública (ensino médio) que atende às classes empobrecidas e se situa na zona norte da cidade do Rio de Janeiro. Foi dividida em duas etapas. Na primeira, realizamos entrevistas abertas com alunos, professores, direção, coordenação e outros personagens da comunidade escolar, além de participarmos de sue cotidiano. As entrevistas tiveram por objetivo levar a uma melhor compreensão a respeito da forma como a sexualidade se expressa no espaço escolar. Queríamos entender como a “orientação sexual” era realizada – quer seja de maneira formal ou informal. A análise da entrevistas se deu a partir das categorias de gênero, sexualidade e saúde reprodutiva. Esta última categoria adquiriu um aspecto central por dois motivos: foi muito referida nas entrevistas, que sempre relacionavam o exercício da sexualidade à preocupação com a ocorrência de uma gravidez não planejada. Por outro lado, a pesquisa II se propôs a efetivar um desdobramento pesquisa I – que tinha como objeto a gravidez na adolescência. Dar consecução a uma proposta de “Orientação Sexual” que abordasse a saúde reprodutiva foi, portanto, uma consequência quase “natural” deste projeto.

As Oficinas na Abordagem da Sexualidade, do Gênero e da Saúde Reprodutiva e a Qualidade de Vida

Algumas expressões se tornam rapidamente obsoletas no meio acadêmico, ou em outros casos dão margem a mais de uma interpretação, o que acaba por criar mal-entendidos em relação à sua proposta original. Tal é o caso do termo “oficinas”. Por este motivo, iremos defini-las, para que elas possam ser melhor compreendidas no contexto de nossa proposta socioeducativa. Em termos técnicos, a oficina se constitui num espaço de encontro onde os temas de interesse dos jovens são trabalhados através de dinâmicas de grupo, dramatizações, e muito debate. Questões relativas à sexualidade, ao gênero e à saúde reprodutiva são alvo de análises, vivências, reflexões e fundamentalmente da produção de um conhecimento sobre estes aspectos tão importantes da vida.

Entendemos que a oficina seja um dispositivo pedagógico, onde o ato de aprender é tomado em toda sua amplitude. Aprender não se limita a um acúmulo de informações. Implica numa transformação ativa daquele que ensina e daquele que aprende. Ao se empreender um verdadeiro trabalho – eis o sentido do termo oficina: espaço de trabalho – produz-se um conhecimento de forma coletiva, participativa e democrática, onde a assimetria inicial é substituída por uma simetria entre aqueles que a integram. Em geral a “Orientação Sexual” na escola é tratada através de palestras de profissionais de saúde que são convidados para, através de uma parceria com o sistema escolar, ensinarem como se dá a reprodução humana e advertirem os jovens sobre as implicações sociais de uma gravidez precoce (que quase sempre é vista em termos das desvantagens sociais que provoca). Esta é uma proposta que se insere num nível preventivo da saúde, ou seja, age-se sobre as causas para evitar efeitos maléficis. Outra forma de pensar a saúde remete-nos à idéia de “promoção”. Promoção de saúde implica em qualidade de vida; implica em chamar aquele que é alvo dos discursos e das estratégias para o centro da cena, considerando-o como um agente ativo e como protagonista do processo. Logo, pensar em promoção de saúde nos leva, necessariamente, a efetivar estratégias intersetoriais. Não se promove saúde de forma isolada; este é um fazer coletivo. Portanto, a efetivação de qualquer proposta em Educação Sexual deve levar em conta as múltiplas dimensões da sexualidade: política, econômica, cultural e histórica.

A pesquisa II – uma pesquisa-intervenção – se propõe a provocar situações para analisar os seus efeitos. Neste sentido, a utilização da técnica de oficinas tem se revelado um

dispositivo útil para melhor conhecermos e compreendermos as trajetórias concretas de vida destas adolescentes: seus desejos, seus sonhos, suas esperanças, suas dores e suas decepções. Falar em gênero, sexualidade e saúde reprodutiva nos remete à qualidade de vida de nossa população, assim como aos projetos políticos e econômicos que são para ela reservados. Não se pode falar em “Orientação sexual” de uma maneira abstrata. O processo através do qual são produzidas as masculinidades e feminilidades, assim como a forma como cada um vive sua sexualidade é eminentemente política e concreta. Ouvir estas adolescentes, estimular a análise crítica, colocar em xeque visões instituídas é um grande desafio, que nos propomos a enfrentar. Neste empreendimento, a pesquisa-intervenção, através do emprego da técnica de oficinas tem se revelado um dispositivo extremamente adequado e produtivo.

Considerações finais

Este trabalho procurou contribuir com o avanço das discussões sobre a “Orientação Sexual”. Queremos esclarecer que a apresentação de uma proposta de ação educativa não tem objetivos meramente pragmáticos. Ao contrário, consideramos que a maior ênfase não deve ser dada à proposta em si. Os pressupostos que a sustentam, a história dos conceitos que a animam e os movimentos sociais que ensejaram sua existência são nossos verdadeiros objetos de análise. Qualquer avaliação que a tome em consideração deve necessariamente, cotejar seus resultados com uma análise que leve em conta as dimensões políticas, econômicas, históricas e culturais. Somente assim, neste movimento incessante de idas e vindas caminharemos no sentido de ações socioeducativas cada vez mais consonantes com as transformações dos adolescentes, da sexualidade, da educação e da vida.

Referências Bibliográficas

- BRUNO, Z. V. e BAILEY, P. , “Gravidez em Adolescentes no Ceará: maternidade ou aborto?” In: VIEIRA, E. M. , FERNANDES, M. E. L. , BAILEY, Z. e Mc KAY, A (orgs.). In: *Seminário Gravidez na Adolescência*. Brasília: Ministério da Saúde, p 57-66
- CATHARINO, T. R. , *Da Gestão dos Riscos à Invenção do Futuro – considerações médico-psicológicas e educacionais sobre meninas que engravidaram entre 10 e 14 anos*. Tese de Doutorado IP/ USP, 2002
- CERTEAU, M. , *A Invenção do Cotidiano – as artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994

GIFFIN, K. , “Corpo e Conhecimento na Saúde Sexual: uma visão sociológica”. In: GIFFIN, K. e COSTA, S. H.(orgs.) *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz,1999

LOURO, G. L. , *Gênero, Sexualidade e Educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997

MELUCCI, A. , “Juventude, Tempo e Movimentos sociais”. In: Revista de Educação Brasileira, nº 5 e 6, p 5 - 14 , 1997

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Brasília - DF

NUNES, S. A. , *O Corpo do Diabo – entre a cruz e a caldeirinha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000

PAIVA, V. , “Sexualidades Adolescentes: escolaridade, gênero e o sujeito social”. In: PARKER, R. , BARBOSA, R. M.(orgs.). *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996

SCOTT, J. , “Gênero: uma categoria útil de análise”. In: *Educação e Realidade*, v. 16, nº 2 , 1990